

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

EWERTON SANTA BRIGIDA BARBOSA

DO SOME AO SEI: Uma discussão necessária acerca da Educação do Campo

BELÉM/PA
2018

EWERTON SANTA BRIGIDA BARBOSA

DO SOME AO SEI: Uma discussão necessária acerca da Educação do Campo

Artigo apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura plena em pedagogia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação do Prof. Dr. Salomão A. Mufareej Hage

BELÉM/PA
2018

DO SOME AO SEI: Uma discussão necessária acerca da Educação do Campo

EWERTON SANTA BRIGIDA BARBOSA

Artigo apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura plena em pedagogia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação do Prof. Dr. Salomão A. Mufareej Hage.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Salomão A. Mufareej Hage (ICED/UFGPA)
(Orientador)

Prof. M.a Maria Celeste Gomes (ICED/UFGPA)
(Examinador)

Prof. M.e Joel Dias da Fonseca (ICED/UFGPA)
(Examinador)

Data da defesa em: 02/08/2018.

Conceito: _____.

BELÉM/PA
2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a DEUS pelo dom da vida que me foi concedido. À ele toda honra e toda glória, pois em sua infinita bondade nos agracia com força para enfrentamos as lutas dias. Diante de tantos risos e desventuras, acredito que é nos pequenos detalhes que Ele nos faz grande e com isso nos tornamos mais humanos e próximos.

A minha Mãe, dona Maria do Socorro, pois sei que sem ela, eu não conseguiria chegar em parte alguma nessa vida. Dona de uma força de vontade sem igual, mulher guerreira e de coração de infinita bondade, nunca deixou de me falar a verdade e de me incentivar. Sei que nunca serei o filho merecedor de tamanho amor, mas faço da minha vida uma prova de que em Cristo e no amor da Família tudo é possível. Agradeço também ao meu Pai, seu Luis Barbosa, que me ensinou que quando se tem caráter, recompensa nenhuma se faz necessária no final do dia. Seguindo as palavras dele “Mais vale uma consciência limpa e o sentimento de dever cumprido do que todo o reconhecimento do mundo”. Neles eu me espelho todos os dias.

A minha irmã, Lucileia Barbosa e sua família. Sei que sem eles eu não estaria escrevendo tais palavras. O amor de irmão é algo impar na vida. Apesar de nossas brigas (que não duram mais de alguns minutos) e nossas reconciliações carregadas de risos e brincadeiras eu posso perceber que tenho um lugar especial no mundo. Não sei se você terá oportunidade de ler o que escrevo aqui, mas espero em Deus que todos os seus planos se tornem realidades. Também espero que Deus permita que seus filhos vivenciem toda essa felicidade que estou vivendo agora.

Agradeço aqui, de forma solene aos que partiram “Amigos e Familiares”, essa conquista também é de vocês.

Agradeço as minhas professoras da educação Básica, que diziam que o céu nunca será o limite para aqueles que lutam. Essa parte, que me aperta o coração é escrita com todo amor e carinho, pois elas acreditaram que o filho do pedreiro e Da dona de casa merecia sim, adentrar no nível superior e chegar muito, além disso.

As minhas colegas da graduação, em especial as meninas da 414, a elas dedico os meus mais sinceros votos de felicidades. Obrigado por se preocupar comigo e nunca se zangarem com minhas brincadeiras.

Nesse ponto, gostaria de agradecer infinitamente ao meu amigo/irmão/rei dos memes de curso, Bruno oliveira por ter me proporcionado uma amizade tão leve e

cheia de risos. Nossos desesperos durante a graduação hoje em dia me fazem sorrir de tal maneira que eu nunca me sinto sozinho... AMO-TE.

A minha amiga/irmã/parceira de música, Karolina Monteiro. Toda vez que eu preciso decidir o que fazer na vida eu paro e penso “o que a Karol faria?” e acabo fazendo exatamente o contrário. Ahah... Brincadeiras à parte sei que por trás de toda essa intensidade mora um coração que é tão cheio de amor e compaixão. Mulher de Deus, você me inspira. AMO-TE

Agradeço a minha amiga/irmã/confidente/melhor pessoa, Joyce Marcelly. Todo amor que você dedicou a mim durante esses quatro anos me faz ter certeza de que uma certa profecia de um professor nunca irá se concretizar. AMO-TE.

Abro aqui um espaço especial a algumas pessoas que acabaram por me moldar durante a vida. Amizades inesperadas, carregadas de surpresas: Vinícius Ambé por sua parceria; Thatiana Cunha por todos os doces e verdades compartilhadas; Tayná Lane, minha irmã de livros; professora Joana Carmem por sua luz própria; Danilo Sousa pelo seu carinho sem igual; Charles Maia e Laís Sousa, o melhor/pior casal da ufpa; a dona Socorro, lá do veropesinho do profissional, (obrigado); Meryenne Souza. Lidiene Moura, Fabiola Costa, Manuela Liborio por enxergarem em mim uma capacidade que até hoje eu não vejo.

Agradeço também as professoras e professores da graduação; Sonia Bertolo; Zenilda Both; Luis Carlos Nosso calouro); Leandro K.; e tantos outros que não teria como eu colocar aqui.

Quero agradecer aos peludinho da ufpa, toda a paz que eles carregam me fazem acreditar que um amor desprendido de interesse existe e que por si próprio se multiplica.

Há tantas pessoas que eu gostaria de agradecer, essa vitória não é só minha. É do cobrador que por vezes não deixava pagar passagem sabendo que eu realmente não tinha; ao povo da limpeza da ufpa, vocês são dez; ao povo trabalhador, a vocês só o melhor do mundo.

“Num mundo que se faz deserto, temos sede de encontrar um amigo.”
Antonie de Saint-Exupéry

DO SOME AO SEI: Uma discussão necessária acerca da Educação do Campo¹

Ewerton Santa Brigida Barbosa²

RESUMO

A proposta desse artigo é de abrir um diálogo acerca do Sistema de organização Modular de Ensino (SOME) e do Sistema de Ensino Interativo (SEI), de suas metodologias de ensino voltadas ou não ao Campo, bem como as suas possíveis limitações e contribuições. Ele também aborda a Pedagogia da Alternância e a proposta de uma educação fundamentada no diálogo e na participação do povo campestre. A metodologia aqui escolhida foi a pesquisa bibliográfica, para que com a mesma, possamos ter subsídios para compreender como podemos atuar e contribuir para uma educação emancipatória no Campo. Essa pesquisa bibliográfica utilizou-se de autores que abordam a educação numa perspectiva mais ampla e outros mais voltados para Educação do Campo, além disso, utilizou-se de documentos oficiais com a Constituição de 88 e a Lei Estadual nº 7.806, que trata do SOME no estado do Pará.

Palavras-Chave: Educação do Campo, Pedagogia da Alternância, Ensino Médio, Políticas Educacionais.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UFPA (Campus Belém). Orientado pelo Prof. Dr. Salomão A. Mufareej Hage da Faculdade de Educação/ICED/UFPA. Defendido em 02/08/2018.

² Graduando do curso de Pedagogia (Campus Belém) da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: tomasgadu@gmail.com

FRON SOME TO SEI: A necessary discussion about field education

ABSTRACT

The purpose of this article is to open a dialogue about the System of Modular Teaching Organization (SOME), Interactive Learning System (SEI), its teaching methodologies for the field, as well as its possible limitations and contributions. He will also speak on the Pedagogy of Alternation and the proposal of an education based on the dialogue and participation of the peasant people. The methodology chosen here will be the bibliographic research, so that with the same, we can have subsidies to understand how we can act and contribute to a better education for the Field. This research bibliography was used of authors that discursion on the education as a whole and others more directed to Education of the Field, such as: Cordeiro, Loureiro, Machado, etc. In addition, official documents were used with the constitution of 88 and the State Law of the state of Pará

Keywords: SOME, SEI, education of the field, pedagogy of alternation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pauta o SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME), o SISTEMA DE ENSINO INTEGRADO (SEI) e a Pedagogia da Alternância que é um modelo de ensino que visa a valorização do povo do campo com o tema “Do SOME ao SEI: Uma discussão necessária acerca da Educação do Campo” por se tratar de um assunto de extrema relevância para a educação dos sujeitos do campo, bem como a sua organização, implementação e resistência por parte dos povos tradicionais e camponeses, e que exige um olhar mais aprofundado acerca da educação, e principalmente, quando se pretende trabalhar a educação do campo.

O objetivo deste texto é ampliar o debate sobre o SOME e o SEI, e com isso fortalecer as discussões sobre a educação ofertada no campo bem como as transformações por ela sofridas no decorrer dos anos e os efeitos gerados por meio da desvalorização para com a educação dos povos e comunidades tradicionais e camponesas. Ao ampliar a discussão dessa temática, essa investigação terá como base principal pesquisas relevantes sobre o tema, uma vez que, percebe-se sua importância diante da qualidade da educação ofertada no Brasil, e mais especificamente, no campo, visto que ofertar uma educação que não dialogue com as especificidades de cada configuração territorial apenas contribui para o fracasso escolar, pois de acordo com a mudança do território, suas necessidades também mudam, bem como a própria forma de superar cada obstáculo.

Portanto, a importância de se abrir um diálogo acerca de como a educação do campo tem sido pensada para as gerações futuras é de caráter primordial para toda e qualquer pessoa que, de forma direta ou indireta, pretende atuar na educação dos povos tradicionais. Uma vez que, assim como a educação nas grandes metrópoles tem a sua atenção, a educação no campo merece o seu espaço e sua valorização, levando em consideração que para a mesma não se pode ofertar modelos educacionais distantes da sua realidade e pensadas por pessoas distantes dessa vivência e esperar que contemple as necessidades ansiadas por quem vive do trabalho na terra, nas águas e na floresta há gerações.

Nesse artigo, a metodologia escolhida e trabalhada foi a pesquisa bibliográfica, que possibilitou o uso de um leque de fontes de conhecimentos, sem as quais seria impossível dar continuidade na pesquisa, como: artigos, livros, teses, documentos oficiais, etc. Pois segundo Severino (2007);

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (p.122).

Portanto, fez-se necessário analisar e comparar obras de diversos autores que, dentro e fora da temática alvo, possuem uma relação direta com a educação e que por meio de suas produções contribuíram e contribuem com o avanço da educação nos mais variados setores, sendo eles (principais autores), dentre outros, para que pudesse continuar avançando na produção desse trabalho de conclusão de curso, e por fim, no direcionamento, enriquecimento desta investigação.

Ao refletirmos sobre o avanço da educação e os modelos que estão e deverão ser implementados para melhor atender as necessidades locais, é imperativo que se tente responder algumas indagações que vão surgindo no processo: Para quem serve essas propostas de educação? Qual o nível de participação do povo do campo em se tratando das decisões no âmbito educacional? Essas propostas educacionais contribuem ou não para a melhoria de vida no campo?

Para que essas indagações sejam respondidas, não basta apenas decidir um rumo a traçar, sem que os sujeitos que fazem parte do universo educacional sejam consultados (alunos; pais; profissionais da área da educação), essa consulta é de suma importância para que diferentes opiniões sejam ouvidas e com isso se tente, no mínimo, alcançar o maior quantitativo de demandas possíveis. Para tanto, toda e qualquer decisão tomada sem o consentimento dos mais interessados foge a toda e qualquer forma de gestão participativa. Por conta disso, pretende-se dar continuidade no diálogo sobre a educação do campo e como as decisões estão sendo tomadas. Dessa forma, como finalidade do tema em questão, procura-se nas bases teóricas uma melhor compreensão de alguns conceitos relacionados à educação, e principalmente acerca da educação do campo e de suas especificidades. Por meio da pesquisa bibliográfica, nota-se a importância de se continuar a discutir a educação do campo, pois somente por meio de uma análise

mais crítica sobre o tema podemos ter a possibilidade de contribuir de maneira significativa com a educação dos povos e comunidades tradicionais e camponesas, para que com isso seja construída e lhes seja ofertada uma educação mais digna e de qualidade.

Para melhor avançarmos na discussão o presente artigo está estruturado em quatro seções fundamentais que auxiliarão na compreensão do mesmo. Na primeira seção do artigo intitulada “Introdução” o objetivo contido nela será de apresentar este trabalho e a sua importância para, na medida do possível, contribuir com a análise da temática proposta. Na segunda seção, intitulada “A transição do SOME para o SEI”, procurou-se apresentar de forma direta como o Sistema Modular de Ensino (SOME) oferece a educação para as comunidades campestres e a metodologia de ensino que está sendo propostas para estas comunidades por meio do Sistema Educacional Integrado (SEI), sempre dialogando com autores que apresentam conceitos sobre a educação.

Dando prosseguimento ao diálogo, na terceira seção “Um sistema educacional pensado no Campo e para o Campo” será apresentada outra forma de se trabalhar a educação, frisando a participação da comunidade nas escolhas de como ela será utilizada, tendo em mente que somente quem verdadeiramente vivencia tal realidade poderá ter um vislumbre da solução das mais variadas demandas enfrentadas no cotidiano, sempre deixando claro que toda e qualquer decisão deverá ser pensada com base no coletivo e pelo coletivo, e não de maneira ditatorial. E para finalizar a escrita desse artigo, na quarta seção trabalho a “Conclusão”, trazendo algumas das minhas considerações acerca da temática, mediante tudo que fora pesquisado.

A TRANSIÇÃO DO SOME PARA O SEI

As reflexões aqui propostas e apresentadas visam explicar a maneira como o SOME e o SEI funcionam, levando em consideração o que a Constituição Federal de 1988 diz sobre e o que defendem os autores. Deste modo, buscou-se em bases teóricas uma melhor compreensão sobre o tipo de proposta educacional que melhor atenderia as necessidades do campo, sempre deixando claro que o presente artigo visa o diálogo, não contendo nele, uma posição definitiva, pois ao trabalhar a educação deve-se ter em mente que é necessário sempre buscar inovações e

melhorias do que já está sendo trabalhado, sem que haja um total descarte de propostas educacionais em curso.

Quando trabalhamos a educação, tendo em vista assegurar o direito de todos, o Estado tem como obrigação oferecer e garantir o acesso gratuito e de qualidade, independente do território em que o cidadão se encontre. Essa educação como direito está prevista na Constituição Federal de 1988 que diz

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Apesar do que diz a Constituição Federal, quando olhamos para a educação do campo, a mesma nem sempre fora tratada com a mesma atenção que a educação que é ofertada nos territórios urbanos. Pasquetti (2012) ressalta que

Somente a partir dos anos de 1930 começam a aparecer na legislação referências à educação rural, mas a educação que se propunha estava fundada nas matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia nos modelos de cultura letrada européia “urbanocêntrica”, sempre como uma extensão centrada no urbano (p. 79 e 80)

Embora saibamos que, quanto mais afastados das grandes metrópoles, o município se encontre mais difícil se torna a tarefa de oferecer uma condição de vida digna, porém isso não deve servir como argumento para que não se invista em uma educação de qualidade. Infelizmente essa é a realidade encontrada quando olhamos para a educação nos territórios rurais, e isso se agrava ainda mais quando se trata do Ensino Médio, onde aqueles que nele ingressam se vêem obrigados a migrar para outras cidades caso tenham a pretensão de dar continuidade na vida acadêmica. Os motivos são os mais variados, eles vão desde a dificuldade de acesso por parte dos profissionais da área da educação até a escassez do transporte público, sem contar no pouco investimento por parte da esfera governamental. Para tentar driblar essa realidade, o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), desde o início da década de 1980, vem atuando como uma política educacional estabelecida no estado do Pará, o SOME tem o intuito de levar a educação pública gratuita, mais especificamente para o ensino médio para jovens e adultos dos territórios rurais do Estado que não são atendidos pela oferta do Ensino Médio Regular. Apesar de ter sido pensada como uma medida transitória,

em 2014, com a Lei Estadual nº 7.806, de 29 de Abril, o sistema passou a ser devidamente regulamentado como uma Política Pública Educacional do Estado do Pará, sua intencionalidade surge pra expressar legalmente:

Art. 2º O Ensino Modular visa garantir aos alunos acesso à educação básica e isonomia nos direitos, assegurando a ampliação do nível de escolaridade e a permanência dos alunos em suas comunidades, observando as peculiaridades e diversidades encontradas no campo, águas, florestas e aldeias do Estado do Pará.

Parágrafo único. O Ensino Modular é direcionado à expansão das oportunidades educacionais em nível de ensino fundamental e médio para a população escolar do interior do Estado, onde não existir o ensino regular, de modo complementar ao ensino municipal. (Lei Estadual nº. 7.806, 2014.)

De acordo com a Lei Estadual nº. 7.806, 2014, o ensino modular prioriza o nível médio, no entanto, ele também se estende ao ensino fundamental, e deixa bem claro de que a responsabilidade por disseminar essa etapa da educação por meio do SOME é das municipalidades que a ela aderirem, conforme diz no Art. 18

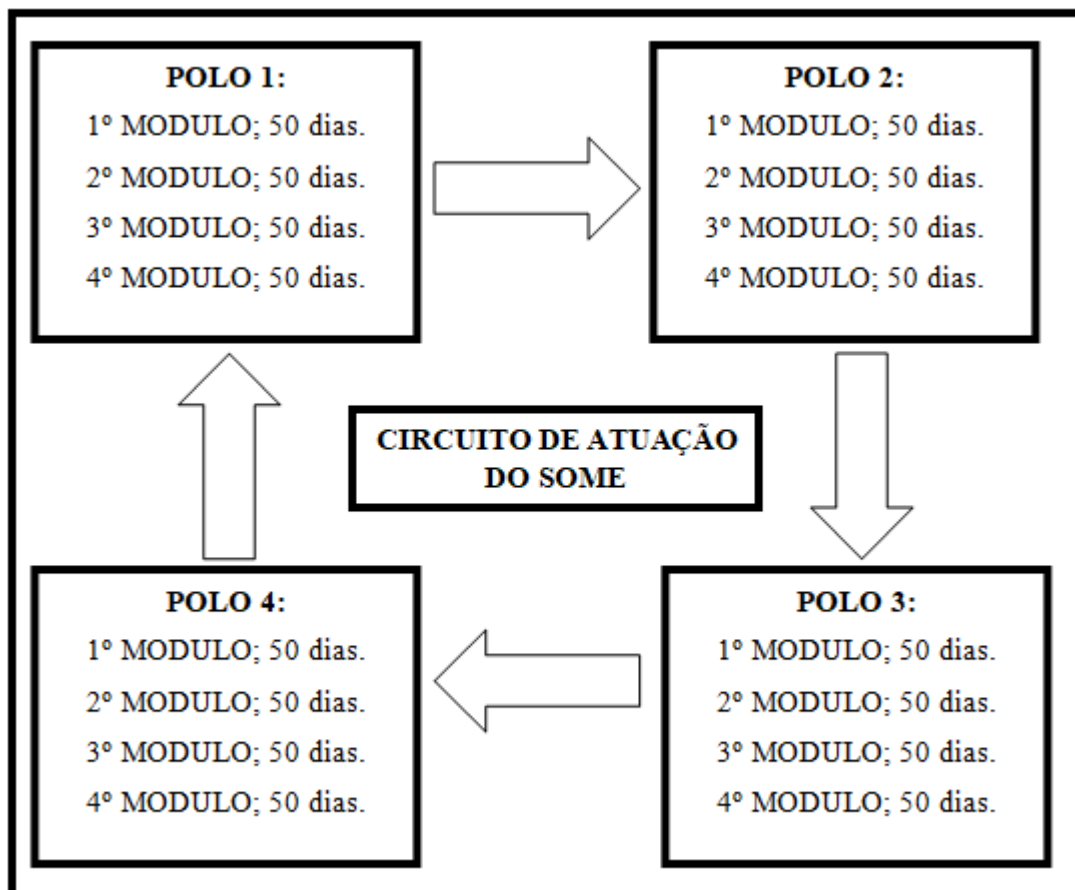
Art. 18. A Secretaria de Estado de Educação, no prazo de até dezoito meses, a contar da publicação desta Lei, desenvolverá estudo, planejamento e reordenamento da oferta dos anos finais do ensino fundamental na modalidade do Sistema de Organização Modular de Ensino, visando transferir a gerência desses anos finais às prefeituras cujo ensino fundamental esteja municipalizado. (Lei Estadual nº. 7.806, 2014)

Para melhor entendermos o funcionamento e logística de atuação do SOME é preciso observar e analisar as termologias utilizadas pelo Programa:

- **Módulo:** o módulo trata-se do conjunto de disciplinas ministradas “preferencialmente” por um professor, que organiza de forma intensiva e rotativa, essas disciplinas são desenvolvidas em um período de 50 dias de aulas e/ou de atividades de ensino.
- **Etapa:** a etapa refere-se ao conjunto de 4 módulos que serão trabalhados em um período letivo, eles correspondem a grade curricular de uma série do Ensino Médio.
- **Rodízio:** trata-se do período que cada disciplina permanecerá em uma determinada localidade, correspondendo ao tempo de 54 dias, nesse tempo será ministrado o conteúdo proposto representando assim a carga horária de cada disciplina.

- **Circuito:** o circuito refere-se ao conjunto de 4 municípios onde um grupo ou equipe de trabalho desenvolverá suas atividades educacionais propostas contemplando assim um ano letivo.

Figura 1



Fonte: Ilustração do Autor.

Como podemos observar cada módulo permanecerá em um Polo durante um determinado período, e nesse período o professor deve dar conta de suas atividades propostas. O intuito dessa modalidade de ensino foi pensada para tentar superar as dificuldades de acesso encontradas pelas comunidades do campo que não são assistidas pelo Ensino Médio. No entanto, surge aqui uma grande preocupação com o mesmo, pois a oferta, em muitos casos, não conversa com a realidade do campo. Embora saibamos que a educação escolar deve ter um percentual de saberes comuns a todos, ela não deve ser pautada somente no conteúdo generalizado. Faz-se necessário observar as demandas locais e com isso oferecer uma educação que venha contribuir com a superação das dificuldades locais e globais.

Tendo em mente que nenhum modelo educacional de ensino será perfeito, visto que as dificuldades surgem no seu cotidiano, deve-se trabalhar para superá-las em conjunto com os estudantes atendidos, apostando assim em uma gestão participativa, o próprio sujeito do campo (mulheres e homens) devem ser ouvidos, uma vez que, ninguém melhor do que ele para apresentar as suas necessidades a curto, médio e longo prazo, nos mais variados temas, desde que tipo de educação deve ser oferecida até a composição do Projeto Político Pedagógico. Nesse ponto, a escola ou o sistema de ensino deve ser pensado para atender o tipo de cidadão se pretende formar, para que fim a educação será oferecida.

Como afirma NETO e da SILVA

A participação apresenta-se como um imperativo na feitura do Projeto Político Pedagógico porque ele contém as diretrizes essenciais para orientar a ação política e pedagógica da escola. A sua formulação caracteriza-se, principalmente, por expressar os interesses e necessidades dos atores envolvidos e por ser concebido e construído com base na realidade local e com a participação conjunta da comunidade escolar. (p. 15)

A própria educação, sozinha, não será capaz de solucionar todos os problemas enfrentados pela sociedade, não há como ela ser redentora de todos os males, porém, ofertar uma educação precária que obriga o povo do campo a sair de sua terra natal é contribuir para o fortalecimento de sua expulsão do campo. A grande preocupação aqui é a constante queda de matrículas no meio rural do estado do Pará. Essa queda se dá devido a inúmeros fatores, dos quais cito aqui o fechamento de escolas do campo e a falta de investimento para com a educação campestre. Na tabela a seguir podemos ter uma noção de como essa diminuição tem se dado entre os anos de 2013 a 2017.

Número de Matrículas, área da localidade (rural), etapas e modalidades de ensino (ensino médio, eja - ensino médio) - Pará, 2013 a 2017

2013	2014	2015	2016	2017
30.242	28.550	29.906	28.408	22.699

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais/UFPR a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2013 - 2017

De acordo com os dados apresentados podemos perceber que houve uma queda de 24,94% das matrículas nos territórios rurais entre 2013 a 2017, a migração para as áreas urbanas é um grande responsável por esses números, no entanto devemos avaliar o que realmente causou essa diminuição drástica. Diante dessa

queda significativa no número de matrículas na educação rural as medidas de ampliação, manutenção em prol da permanência do aluno nas escolas deveria ser a principal meta a ser alcançada por parte dos nossos governantes.

Mesmo que o SOME tenha sido criado como medida provisória e ter se mantido durante todos esses anos, o pouco investimento, a dificuldade de locomoção por parte dos atores escolares acaba por empurrar a população camponesa para as grandes cidades em buscas de melhores oportunidades, o que não é o que acabam por encontrar, padecendo com a vida nas periferias. Em todo o caso, a falta de oportunidades de escolarização e de trabalho, e a falta de terras para o sustento de suas famílias contribuem para o aumento dessa triste realidade.

Em relação ao SOME, RODRIGUES (2018) nos diz que

Outra limitação do SOME se refere à (in)adequação das práticas docentes à realidade jovem do campo expressa, mediante a ótica dos egressos, no não esforço de alguns professores em contextualizar os conteúdos de ensino com as práticas sociais, focando o trabalho apenas no repasse de um conteúdo fragmentado. Tal limitação também se expressa na ausência de um trabalho sistemático com projetos educativos na localidade, o que a nosso ver poderia contribuir para uma maior interação do aluno com sua comunidade, conferindo um diferencial ao sistema modular. Não obstante, utilizamos o termo “(in)adequação” pelo fato de haver relatos, embora muito pontuais, que apontaram para a preocupação de alguns poucos docentes em potencializar a comunidade local como elemento referencial para suas práticas. (p.276)

Há também a dificuldade com relação ao acompanhamento pedagógico e administrativo. Continuando com o pensamento de RODRIGUES (2018)

Ficou evidente, ainda, como limitação do sistema modular, a inadequação do acompanhamento pedagógico e administrativo, atinente ao distanciamento da coordenação pedagógica em relação aos polos e à fragilidade na comunicação entre as instâncias que constituem o sistema. (p. 277)

A Secretaria de Estado de Educação, na tentativa de superar a precariedade de acesso ao Ensino Médio nos territórios rurais propôs o Sistema Educacional Interativo (SEI), em parceria com o Banco Interamericano de desenvolvimento com sua implementação prevista para 2018. Com o constante avanço das tecnologias, a velocidade em que as informações tem se espalhado e a maior necessidade de se buscar maneiras mais práticas para solucionar as demandas locais, a educação tecnológica vem ganhando um espaço significativo nas propostas de ensino, com o argumento de que não se pode mais pensar em uma formação acadêmica nos mais

diferentes níveis sem se trabalhar a tecnologia propriamente dita. Essa necessidade ganha mais força quando se pretende disputar uma vaga no nível superior de ensino ou no mercado de trabalho.

Entretanto, a formação tecnológica deve ser pensada de maneira que possa dialogar com o que se espera formar ou alcançar. O SEI é apresentado pela SEDUC com a perspectiva de superar as deficiências do SOME, indicando que por meio de tele aulas, se maximize a oferta educacional com a utilização da comunicação multimídia (voz, imagens e dados). Sua carga horária compreende três anos de ensino, equivalentes ao Ensino Médio. Ele se vale de um sistema operacional satelital para sua propagação não havendo a necessidade presencial professor, utilizando-se de tutores que são chamados de “professor articulador e/ou mediador” para monitorar as aulas propostas e tirar dúvidas que possam surgir no decorrer das aulas ministradas. No entanto, por se tratar de uma região onde período de chuvas dura boa parte do ano, esse sistema deverá enfrentar diversas dificuldades para oferecer um sinal de qualidade.

Esse sistema de ensino pretende, pelas tele aulas ministradas e transmitidas por meio de uma televisão por um professor atender cerca 15 mil alunos no Ensino Médio anualmente e instalar 145 pontos em comunidades onde haja dificuldade no acesso. O professor ministrante ficará alocado em um estúdio de onde poderá interagir em tempo real com todos os alunos por meio de uma webcam.

O quadro a seguir oferece uma visão mais precisa de como será organizada o corpo docente no SEI.

QUADRO 1. Sistema de Atuação do SEI

PROFESSORES	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA	ATUAÇÃO
PROFESSOR MINISTRANTE	38	200 HORAS	CENTRO DE MÍDIAS (BELÉM)
PROFESSOR PRESENCIAL OU MEDIADOR	145 (DIURNOS)	200 HORAS	SALAS POLOS OU LOCALIDADES
	145 (NOTURNOS)	200 HORAS	

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Pará

Embora a criação do SEI tenha sido proposta com a tentativa de superar as dificuldades de acesso por parte dos professores e alunos, sem contar com a falta

de profissionais especializados nas diversas áreas de conhecimentos, nasce nesse ponto também uma grande inquietação por parte dos professores, visto que o mesmo sistema de ensino acaba por retirar o contato direto com o professor, contato esse que por sua vez, sempre contribuiu com a formação humana dos alunos, independente da localidade, seja ela urbana ou rural. Essa relação entre professor e aluno deve ser levada em consideração, em muitos casos o interesse do aluno pela vivência acadêmica está diretamente ligada ao tipo de relação que ele tem com o professor e a relação que o professor tem com a profissão que ele decidiu abraçar. Nesse sentido a presença física do professor vem a ser um fator determinante no fracasso ou sucesso do aluno, pois o mesmo carrega consigo um grande interesse pelo conhecimento, porém ainda não se encontra direcionada. Diante disso SIQUEIRA nos diz que

O prazer pelo aprender não é uma atividade que nasce espontaneamente nos alunos, pois, muitas vezes, não é uma tarefa que cumprem com prazer. Para que este hábito possa ser melhor cultivado, é necessário que o professor consiga despertar a curiosidade dos alunos e acompanhar suas ações na solução das tarefas que ele propuser (o não acompanhamento poderá fazer os alunos se sentirem inseguros na realização da atividade proposta, por julgarem-se cobrados a um desempenho para o qual não foram preparados; e, o fornecer as respostas prontas, não permitindo que o aluno problematize e descubra a resposta correta, acomoda-o e prejudica sua autonomia). (p. 100)

A questão aqui não é desmerecer ou descaracterizar a Educação com mediação tecnológica (ou à Distância?) e sim ter em mente que ela não deve ser ofertada de maneira obrigatória. Sua utilização deve ser pautada, principalmente nessa fase de transição que é a vivência do aluno no Ensino Médio, de maneira complementar para que ele não seja prejudicado, ou até mesmo excluído de uma formação mais humanizadora.

Dando continuidade à proposta educacional ofertada pelo SEI, cada turma contará com um professor mediador, no entanto ele será orientado pelo professor ministrante da área, o que nos leva a pensar em “qual será o verdadeiro papel do professor mediador?” Pois o mesmo será responsável por avaliar as provas e qualquer outra atividade realizadas nas Unidades Escolas Anexas (UEA). Em todo caso, os professores mediadores serão formados por profissionais devidamente concursados, caso haja a impossibilidade de lotação total será necessária a realização de um Processo Seletivo Simplificado, o que não garante aqui é a

familiaridade com práticas tecnológicas por parte dos profissionais da área da educação que serão lotados e também não sana e nem garante a qualidade de ensino ofertado no SEI, pois para sua implementação seria necessário uma capacitação extensa e maciça no âmbito tecnológico.

Todas essas preocupações citadas são direcionadas ao campo profissional, elas necessitam ser pensadas antes de propor um programa como o SEI para o Ensino Médio nas comunidades rurais. Elas também revelam o pleno descaso com a categoria, pois fica evidente a desvalorização do professor. Nada garante que ele seja realmente consultado no que diz respeito a elaboração das suas aulas, ou que o professor ministrante realmente conheça a comunidade da qual ele está atendendo. Embora o SOME tenha suas limitações, em sua proposta de ensino existem o contato direto, mesmo que durante um ciclo de tempo, com os estudantes e com a comunidade atendida.

Mesmo com o advento das novas tecnologias e com a crescente necessidade de se inteirar com o mundo virtual, substituir uma proposta de ensino presencial, independente de sua localidade, apenas contribuirá para a desvalorização educacional e o distanciamento do professor para com o aluno. Não querendo aqui condenar toda e qualquer experiência de ensino à distância, o importante na verdade é frisar que essa forma de ensino não contempla a realidade dos povos e comunidades tradicionais e camponesas uma vez que faz-se necessário uma afinidade e sintonia por parte do educador para com as questões referentes à especificidades do campo, para que contribua com a uma formação cidadã e para o fortalecimento da identidade camponesa. A Educação deve se inserir no âmbito educacional de maneira a entender o seu papel para a melhoria da sociedade e não somente como possível ferramenta de trabalho a ser usada e explorada por um sistema de ensino capitalista e predatório.

Um sistema educacional pensado no Campo e para o Campo

Em nosso país, historicamente falando, a educação do campo sempre fora vista como uma questão secundária por parte da maioria dos nossos governantes. Baratear, negar e até mesmo impor modelos de ensino para os povos e comunidades tradicionais e camponesas acaba por ser uma realidade extremamente comum. Embora grande parte da renda do país seja oriunda do trabalho do campo,

a má distribuição de terra e renda são um dos fatores negativos que assolam até hoje o nosso país. Para tanto, não basta apenas ensinar ou instrumentalizar, é necessário entender o que realmente significa a educação do campo.

Pasquetti (2012) nos ajuda a entender essa educação afirmando que

A educação do campo tem como um dos seus eixos estruturantes a discussão e proposição de um outro projeto para o campo brasileiro. Educar nesse sentido envolve pensar e repensar um outro modelo de desenvolvimento. Significa atuar na construção de um projeto popular de agricultura que valorize os camponeses e a agroecologia, e que zele em primeiro lugar pela soberania e pelo patrimônio coletivo da natureza da biodiversidade, das águas, da fauna e da flora (p. 83)

Apesar dos inúmeros avanços e tentativas, por parte do coletivo, para a melhoria da educação e da vida no campo, ainda será necessário percorrer um longo caminho para que a comunidade camponesa não precise mais deixar seus locais de origem para que tenham acesso a uma educação digna e de qualidade cuja a história está marcada por lutas e conquistas. Reforçando essa ideia Maria Sodré (2012) nos fala que

O projeto de Educação do campo está em curso no contexto de lutas pela garantia de uma educação que contemple os sujeitos que habitam as áreas rurais do Brasil, historicamente negados nos seus direitos e, por consequência, ausentes na sua matriz curricular que só, precariamente, são atendidos na sua demanda. No que tange ao Projeto de Educação do Campo, este é, atualmente, um projeto nacional que vem sendo concebido como projeto identitário para assegurar educação a partir de referências próprias do contexto camponês e com a participação de seus sujeitos na sua concepção. (p. 47)

Por isso, quando se pretende trabalhar na educação, como já foi dito anteriormente, faz-se necessário a participação direta da comunidade na tomada das decisões. A própria autonomia do professor e o seu conhecimento direto, não somente em se tratando das disciplinas ofertadas, mas também no que tange a realidade local (política e histórica) deve fazer parte da construção de um modelo educacional voltado ao campo. Pensando nisso, a proposta dessa seção estará pautada em apostar em uma Pedagogia de Alternância, pois a mesma irá contemplar e contribuir significativamente para o avanço do conhecimento do povo camponês e de sua valorização, em especial para a formação profissional do mesmo.

O artigo 28 da LDB/96 determina que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (grifo nosso).
Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014) (BRASIL, 1996)

Segundo Cordeiro

Assumindo o trabalho como princípio educativo, a Pedagogia da Alternância permite aos jovens do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano.

Esta proposta de ensino visa aproximar o educando à realidade da escola e a escola ao cotidiano do educando. Nessa perspectiva, os saberes advindos da realidade camponesa tornam-se mais evidentes, pois os conteúdos ministrados nas aulas dialogam com mais intensidade com a vivência dos alunos. Elas acabam por contribuir para uma melhor aprendizagem, de maneira crítica e participativa, onde tudo aquilo que é ofertado está tão presente na vida dos alunos que o mesmo consegue, em sua maioria fazer um link com o que vive ou viveu.

De acordo do Romier Sousa et al (2016)

Num processo dinâmico, o estudante é estimulado a observar e interpretar a sua realidade durante o tempo pedagógico em que convive com a família e, no momento seguinte, já na escola, é levado a problematizar aquele contexto à luz dos conceitos científicos trabalhados no currículo. Mais tarde, de volta à sua comunidade e de posse do instrumental teórico adquirido no tempo pedagógico anterior, o estudante é incentivado a reinterpretar e intervir no seu território, o que, conseqüentemente, possibilitará novas observações e a recolha de outros problemas que realimentam um novo ciclo de aprendizagens. (p. 99)

Diante dessa perspectiva o aluno do campo consegue se ver naquilo que é ministrado em sala de aula, pois o mesmo conteúdo faz parte de uma vivência local e é pensado diretamente para enfrentar as necessidades enfrentadas pela

comunidade. Assim sendo, grande parte do que é posto e pensado no currículo da Pedagogia da Alternância está ligado intimamente com o que se espera de uma escola do campo. Ainda seguindo as ideias de Romier Sousa et al. (2016)

Ao aplicarem o instrumental característico da Pedagogia da Alternância, as escolas contextualizam o currículo comum e enriquecem-no com a introdução de unidades curriculares específicas voltadas à dinâmica produtiva local, de modo a tornar a parte diversificada do currículo um aporte técnico que dialoga intensamente com a formação humanística mais geral. (p. 109)

No entanto, não basta apenas esperar que um modelo educacional dê conta de todas as demandas, o planejamento direto de um Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser pensado visando o tipo de cidadão que queremos formar. Esse mesmo PPP precisa ser pautado e estruturado analisando a realidade, a necessidade e o processo formativo do indivíduo. Pensar em um PPP sem que o mesmo dialogue com as temáticas locais é contribuir para o distanciamento da escola em relação a comunidade onde ela está situada. É aumentar as lacunas existentes entre o aluno e o mundo acadêmico. Diante disso Machado (2008) apresenta o seguinte pensamento

Pensar em uma escola hoje é pensar no vínculo entre o que fazemos e como fazemos a prática de educadores. É pensar como os projetos governamentais se expressam como políticas públicas, tratando-o de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) como política para a educação do campo brasileira. De modo geral, a constituição e a implementação do PPP têm sido uma política de governo e não política pública, o que impede, muitas vezes, a sua continuidade (p. 47)

Ainda segundo Machado (2008) no que se refere a participação da comunidade em relação a escola vemos que

Na escola capitalista a organização da gestão escolar existente não responde ao tipo de sujeito que queremos construir, ou seja, sujeito crítico, participativo e atuante no processo educativo e na sociedade. Assim, devemos organizar e construir um processo educativo escolar de forma que haja a participação democrática de todos os sujeitos envolvidos na gestão, sejam educandos educadores, direção, funcionários ou comunidade. (p. 65)

Com a realidade do campo em foco, mediante as contribuições da comunidade, a Pedagogia da alternância tende a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Nela podemos perceber que a interação com o meio ambiente e com as funções diárias exercidas pela comunidade andam de comum

acordo com o que é apresentado na escola. O fazer pedagógico é pensado de acordo com o que cada localidade trabalha e necessita. Caso a realidade daquela comunidade assistida seja voltada ao plantio, os conteúdos da escola irão mesclar os saberes escolares (Português, Matemática, etc.) com os da realidade agrária. O mesmo vale para uma comunidade ribeirinha/pescadora, onde a produção de sua existência está diretamente ligada à comunhão com os rios, lagos e mares ao redor.

No que tange a orientação didático-pedagógica, as escolas que adotam a Pedagogia da Alternância trabalham fortemente contra um posicionamento positivista, favorecendo a valorização dos saberes oriundos do cotidiano familiar e do convívio direto do que se pretende trabalhar, atuando de maneira contra hegemônica para proporcionar uma formação crítica, sustentada nos direitos de cada um e em prol do coletivo.

Reforçando essa ideia Paolo Nosella (2012) nos diz que

Quanto à orientação didático-pedagógica propriamente dita é possível encontrar, no âmbito das escolas família agrícola, diferentes orientações teóricas. Algumas escolas, por exemplo, tenderam a uma orientação mais próxima da pedagogia construtivista, entendendo que a vida ensina mais do que a escola e que o aluno e sua realidade imediata devem ser o centro do processo de ensino e aprendizagem. Já a mobilização do campo nos últimos anos tem conduzido as Escolas Família Agrícolas a adotar orientações pedagógicas contra hegemônicas como a pedagogia libertadora, inspirada em Paulo Freire, e a pedagogia histórico-crítica. Nesse contexto a experiência das Escolas Família Agrícola ganharam condições de ultrapassar os limites correspondentes à “crítica para trás” e se encaminhar na direção da “crítica para a frente” diante da sociedade capitalista. Vem realizando, assim, um movimento semelhante àquele do MST que, aliás, também tem defendido, em certas circunstâncias, a organização do ensino nos moldes da pedagogia da alternância. Dessa forma, em lugar de buscar assegurar seu espaço na sociedade capitalista enquanto pequenos proprietários agrícolas, o movimento dos agricultores toma consciência de que as Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil seus interesses e necessidades, em última instância, só poderão ser atendidos com a superação desta forma social e organização de uma nova sociedade confluindo, assim, para a perspectiva socialista que pressupõe a abolição da propriedade privada. (p. 31 e 32)

Na tentativa de superar um modelo tradicional de ensino, que em muitos casos, nada conversa ou atende as necessidades da população, a Pedagogia da Alternância mantém em seu currículo uma educação voltada para o processo de emancipação e sustento do povo camponês. Ela estrutura sua prática educacional com conteúdos necessários para a sobrevivência de maneira a valorizar o agricultor,

de tal maneira que ele tenha condições técnicas para melhorar o seu plantio, sem que o mesmo fato venha agredir o meio ambiente.

Como objetivo principal, a Pedagogia da Alternância visa à valorização dos homens e das mulheres do campo. No entanto ela também pretende, com seu atendimento, oferecer a comunidade camponesa uma liderança devidamente motivada e, impulsionada pelos movimentos sociais do campo, preparar o mesmo para que assim o seu trajeto oriente e estimule um aperfeiçoamento das técnicas já conhecidas no meio rural.

Além desses fatos é importante ressaltar que ela contribui para:

- A diminuição da expulsão dos sujeitos do campo uma vez que trabalha em prol da permanência deles no campo;
- Dissemina e utiliza tecnologias para o melhor rendimento da região; valoriza as propriedades de pequeno porte;
- Incentiva e valoriza a participação de pais e responsáveis na formação dos alunos;
- Trabalha em um nível mais amplo a solidariedade e comunhão entre as famílias camponesas;
- Trabalha a participação do jovem camponês com as questões familiares ressaltando e valorizando assim o seu protagonismo;

A dinâmica das escolas que adotaram a Pedagogia da Alternância também é diferenciada das que são estruturadas segundo um modelo tradicional de ensino. Nela os alunos, oriundos em sua maioria das comunidades rurais permanecem durante um determinado período no ambiente escolar, momento que é conhecido como Tempo Escola (TE) e em outro em suas residências, que é chamado de Tempo Comunidade (TC). No TE, a eles são ofertadas práticas educacionais por meio de um currículo que é mesclado com as disciplinas escolares e as práticas que serão executadas em suas comunidades. No seu TC, os conhecimentos adquiridos na escola são utilizados de maneira a proporcionar um melhor exercício dos conhecimentos compartilhados em sala de aula. Esse mesmo período varia de local para local e também depende do que diz o PPP daquela escola.

Essa metodologia de ensino possibilita uma verdadeira vivência de tudo que é ofertado no TE. Nesse sentido, podemos observar que o que é aprendido na escola

não se encontra distante do que realmente importa para os alunos e para a comunidade, uma vez que o seu retorno para com a comunidade é contínuo, contribuindo assim para a melhor aceitação dessa proposta de ensino que é, em sua origem, realmente pensada com os povos do campo e para a educação dos povos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) venha, por décadas, contribuindo para a escolarização dos sujeitos do campo, e como toda proposta de ensino possui suas limitações, ele em muito precisa se aperfeiçoar para atender as necessidades do meio rural. É importante reconhecer as contribuições do SOME para o atendimento do processo de escolarização dos sujeitos do campo. No entanto falta para ele uma maior inserção e sintonia com a realidade camponesa. Faz-se necessário aqui, que as vozes dos povos do campo sejam ouvidas, pois o não podem, em hipótese alguma serem tratados como apenas um provedor de alimentos e riquezas. Os territórios rurais como um todo são carregados de uma história extremamente rica de lutas e conquistas, de saberes próprios de seu trabalho, de uma imensa diversidade social e cultural que não deve ser descartada, pois corre-se o risco de repetir tantos erros cometidos no passado.

Apostar em uma proposta de ensino que apenas instrumentalize, sem que haja uma parceria direta entre a escola e a comunidade é incentivar a doutrinação, que por sua vez está longe do ideal de educação demandado pelos povos do campo. A intencionalidade da escola deve estar visível no currículo para todo aquele que, de maneira direta ou indireta, faça parte do universo escolar. Nesse sentido é fundamental que a luta por uma educação digna e de qualidade seja fortalecida desde o início da formação acadêmica. A auto-identificação dos sujeitos do campo deve ser trabalhada dentro e fora do ambiente escolar. Ele deve ser um sujeito ativo nas tomadas de decisões que influenciam diretamente no avanço da nação.

Desse modo, não vejo como uma proposta de ensino que se apresenta de forma pronta e que limita a participação do sujeito do campo, tal como é o SEI, possa contribuir para a formação crítica dos povos e comunidades tradicionais e camponesas. Ele apenas irá reproduzir de uma forma limitada os conteúdos, que em sua maioria fazem parte da realidade urbana e não iram contribuir com o avanço da vida no campo. Essa ideologia, comumente propagada por um sistema capitalista que somente visa o lucro, não possibilita que o povo do campo venha se desenvolver, fazendo com isso que todas as conquistas até agora alcançadas por

companheiros e companheiras trabalhadores e trabalhadores rurais se tornem apenas dados históricos que com o tempo serão esquecidos.

Para que não haja retrocesso nas conquistas das comunidades camponesas, a educação pautada na participação direta dos sujeitos do campo deve, a todo custo ser cada vez mais ampliada. Pois é somente através da participação e luta do coletivo em prol dos seus direitos que poderemos alcançar uma melhoria na vida de um povo tão aguerrido e trabalhador. Para tanto, as comunidades rurais, que atuam por meio de grupos familiares devem se apoiar mutuamente.

Essa ideia de apoio mútuo é um dos objetivos principais da Pedagogia da Alternância. Nela vemos que a interação por parte dos alunos é algo extremamente trabalhada para que o mesmo possa se enxergar como um sujeito do campo, e como tal, carregado de direitos conquistados a duras penas. Por isso, conhecer os seus direitos é uma das peças fundamentais para que o sujeito do campo possa cobrar maiores investimentos nas mais diversas áreas. Em um país extremamente rico como o Brasil seria de uma ingenuidade sem igual acreditar que, diante de tudo que é arrecadado, não haja possibilidade de ampliar, recuperar, manter e investir na educação do campo. Embora essa ideia seja comumente disseminada por parte dos atuais governantes e com apoio da grande mídia, ela não deve ser aceita por parte dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Principalmente quando o que está em xeque é o avanço ou retrocesso dos direitos básicos garantidos por lei.

Acreditando que o pontapé inicial deve ser dado por parte de quem realmente compõe a base, a educação deve agir como elemento fundamental para a construção de um país mais justo e igualitário. Mesmo diante da precariedade da educação brasileira, e principalmente quando olhamos para a educação do campo, o povo deve sim participar da tomada de decisões, pois a sua própria omissão somente contribuirá para um modelo de país excludente, que retiram direitos, explora o trabalhador e se mantém forte até hoje por meio da alienação.

Com o objetivo de superar a alienação e para que a valorização dos saberes do campo ocorra a Pedagogia da Alternância se apresenta como uma proposta que faz o link entre a realidade camponesa e o ensino profissional. Por se tratar de uma

educação que possibilita a adequação com o que se espera de um sistema de ensino e pautada na participação direta do sujeito do campo, ela consegue contemplar em muitos aspectos as necessidades enfrentadas pela comunidade rural. Seu modelo de ensino atua diretamente com a comunidade e favorece os saberes tradicionais, melhorando aquilo que deve ser melhorado e mantendo o que deve ser mantido, sem agredir ou descartar o conhecimento reunido ao longo dos anos.

REFERÊNCIA

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9394/1996. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 agos. 2018.

CORDEIRO, Georgina NK; DA SILVA REIS, Neila; HAGE, Salomão Mufarrej. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, 2015.

Lei Estadual nº. 7.806, de 29 de abril de 2014. (2014, 29 de abril). Dispõe sobre a e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação –SEDUC, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, PA, 30 abr. 2014. Cad. 1 (pp. 5-6).

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2004.

MACHADO, Carmen Lúcia Bezerra. Teoria e prática da educação do Campo: Análises de experiências. Brasília. 2008.

NETO, Antônio Cabral; SILVA, Tatiane Campelo. Projeto Político-Pedagógico como mecanismo de autonomia escolar. *Publicação Gestão em Ação*, 2004, p. 7.

NOSELLA, Paolo. Origens da pedagogia da alternância no Brasil. 2012

PASQUETTI, Luís Antônio. **Terra e educação: direitos negados historicamente aos trabalhadores do campo.** In_ Nascimento, Antônio Dias. **Educação do campo e contemporaneidade: Paradigmas, estratégias, possibilidades e interfaces.** Salvador: EDUFBA, 2013.p. 83

RODRIGUES, J. M. P.; SILVA, G. P. O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na ótica de egressos no município de Breves - Pará. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 3, n. 1, p. 260-286, 2018.

SIQUEIRA, Denise de Cássia Trevisan. Relação professor-aluno: uma revisão crítica. **Retirado a**, v. 4, 2004.

SODRÉ, Maria Dorothy Bento.**Educação do Campo: discutindo aspectos da ação de identificação.**In_ Nascimento, Antônio Dias. **Educação do campo e contemporaneidade: Paradigmas, estratégias, possibilidades e interfaces.** Salvador: EDUFBA, 2013.p. 47

SOUSA, Romier. Et al. Educação do Campo na Amazônia: A experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá. Belém. IEB, 2016.